

## A “METODOLOGIA” DE MAQUIAVEL MAQUIAVEL'S “METHODOLOGY”

Ricardo Freitas<sup>1</sup>

FADIC/PE

### Resumo

Maquiavel foi um intelectual que produziu relevantes reflexões acerca das principais questões atinentes à política e, especialmente, em relação ao intrincado problema do exercício do poder. Todo pensador político merece ser compreendido a partir do contexto histórico no qual inserem-se tanto sua vida como sua obra. Talvez com maior razão esta exigência aplique-se a Maquiavel. Neste sentido, reconhece-se, com acerto, “que não se pode, sob risco de grave deformação, dissociar as ideias de Maquiavel das condições em que se achavam, no século XVI, os Estados italianos, e dos costumes que neles prevaleciam”, pois foi inspirado na antiga Roma, mas ao mesmo tempo ancorado na observação da realidade sociopolítica do seu tempo que ele legou uma obra à posteridade

### Palavras-chaves

Maquiavel. História. Poder. Metodologia.

### Abstract

*Machiavelli was an intellectual who produced relevant reflections on the main issues pertaining to politics and, especially, in relation to the intricate problem of the exercise of power. Every political thinker deserves to be understood from the historical context in which both his life and his life are inserted. constructions. Perhaps with greater reason, this requirement applies to Machiavelli. In this sense, it is recognized, with certainty, "that it is not possible, at risk of serious deformation, to dissociate Machiavelli's ideas from the conditions in which the Italian States were, in the 16th century, and from the customs that prevailed in them", because it was inspired by ancient Rome, but at the same time anchored in the observation of the socio-political reality of his time that he bequeathed a work to posterity.*

### Keywords

*Machiavelli. History. Power. Methodology.*

---

<sup>1</sup> Professor do Programa de Pós-graduação em Direito da Faculdade Damas da Instrução Cristã. Professor da UFPE. Doutor em Direito pela UFPE.

## 1. INTRODUÇÃO

Estudiosos afirmaram ser Maquiavel o criador da ciência política.<sup>2</sup> Gramsci chegou-se a dizer que o pensador florentino sempre se conduziu com “rigor lógico, com distanciamento científico” em suas reflexões.<sup>3</sup> Por sua vez, Cassirer opinou no sentido de que *O Príncipe* seria “um livro técnico”.<sup>4</sup> Pensamos, entretanto, que tais afirmativas padecem de irremediável anacronismo, mesmo porque Maquiavel não viveu na mesma época de Galileu ou Bacon, mas no século que os precedeu. Consequentemente, o florentino não conheceu nem poderia ter conhecido princípios científicos anunciados apenas no século XVII. Na realidade, como Berlin notou corretamente, seu método de investigação não inaugurou a ciência política, consistindo em “uma mistura de normas práticas, observação, conhecimento histórico e sagacidade geral, bastante semelhante à medicina empírica do mundo pré-científico”.<sup>5</sup>

Os escritos de Maquiavel não se caracterizam pelo “distanciamento científico” que preside (ou deveria presidir) as investigações levadas a efeito pelos cientistas políticos. Pelo contrário, das considerações de Maquiavel sobre a política emanam um intenso fervor patriótico, embora não reste dúvida de que ele claramente se esforçou para analisar com a maior imparcialidade possível os problemas que foram objeto de suas reflexões. O florentino não foi um observador imparcial da realidade, mas alguém preocupado com os problemas políticos concretos enfrentados pela pátria.<sup>6</sup> Foi, em resumo, um pensador engajado na procura de soluções concretas para problemas políticos do seu

---

<sup>2</sup> Por todos: CHEVALLIER, J. J. **História do pensamento político**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p.263.

<sup>3</sup> GRAMSCI. **Cadernos do cárcere**: notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v.3, p.14.

<sup>4</sup> CASSIRER, 2003, p.185.

<sup>5</sup> BERLIN, 2002, p.311.

<sup>6</sup> Cf. BERLIN, 2002, p.325.

tempo.

Hipótese interessante diz respeito à possibilidade de Maquiavel ter optado de forma consciente por revestir suas análises de certa aparência “técnica” movido por objetivos puramente retóricos. De acordo com esta tese, a adoção de um tom prático pelo especialista florentino nos assuntos da política pode ter sido produto de uma escolha deliberada destinada a assegurar o convencimento de seus leitores.<sup>7</sup> Neste caso, estaríamos diante de uma tática puramente retórica que pretenderia ocultar ao máximo sua parcialidade patriótica. Porém, partindo de um ponto de vista, digamos, mais tradicional, pode ser que a atitude “metodológica” de Maquiavel tenha realmente refletido um esforço sincero de sua parte no sentido de analisar a política com base na realidade das coisas, como parece autorizar uma interpretação mais próxima da literalidade de seus textos.

## 2. A “VERDADE EFETIVA DAS COISAS”: REALISMO E NATURALISMO NA OBRA DE MAQUIAVEL.

Maquiavel comprometeu-se explicitamente com a observação realistas dos fenômenos políticos. Seguramente por isto, afirma-se que “o pensamento político entra com ele na idade do realismo”.<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup>Maquiavel adota livremente uma mistura de linguagem erudita e popular, tornando seus escritos muito simples. Os problemas que examina só não são tratados de modo ainda mais direto e coloquial por serem reconhecidamente complexos. Maquiavel esforça-se para abordar os problemas mais sérios de maneira despreziosa, de maneira que o leitor se vê atraído, seduzido pelo tom ameno, amigável e pretensamente racional de seus escritos, convencendo-se de que estão ao seu alcance. Porém, quando o florentino elabora suas conclusões a partir de seu raciocínio claro e conciso, o leitor não pode deixar de reconhecer a agudeza de suas observações e seu rigor intelectual. Cf. DREI, H. **La vertu politique**: Maquiavel et Montesquieu. Paris: L’Harmattan, 1999, p.65-66.

<sup>8</sup>SENEILLART, M. L’art de la prudence. In C. Weil (org.). **Machiavel**: le pouvoir de la ruse. Paris: CNRS Éditions, 2007. P.45-51, p.45.

Em sua obra mais conhecida do público, Maquiavel faz o seguinte esclarecimento aos leitores: “Sendo minha intenção escrever algo de útil a quem escute, pareceu-me mais conveniente ir diretamente à verdade efetiva das coisas do que a imaginação desta”, haja vista que “muitos imaginaram repúblicas e principados que jamais foram vistos nem conhecidos de verdade”.<sup>9</sup> Portanto, Maquiavel promete abordar os temas políticos de maneira realista e realmente parece tentar cumprir esta promessa, o que pode ser comprovado pelo fato dele ter louvado o Principado em diversas oportunidades a despeito de sua preferência pela forma republicana de governo.

Quando Maquiavel produziu seus escritos, a forma republicana de governo não despertava mais entusiasmo, mas sim a monarquia.<sup>10</sup> Assim, entre fazer o elogio da república desprestigiada ou da monarquia que ele acreditava ser politicamente viável em solo italiano Maquiavel não titubeou. Seu compromisso com o realismo político o impeliu em determinado momento a afastar-se da utopia representada pela República e abraçar a política do possível retratada pela Monarquia. Por esta razão o autor florentino não concebe o Príncipe a partir de modelos éticos tradicionais ou de princípios abstratos deduzidos mentalmente, mas sim indutivamente, isto é, “com base nos dados de sua observação e de sua experiência e inspirado nos exemplos da antiguidade clássica”.<sup>11</sup>

Maquiavel pretendeu, dessa maneira, afastar-se da subjetividade, evitando aquilo que considera ser um equívoco: analisar a política como ela deve ser e não como ela é. Ele acreditava que “só podemos alcançar o que queremos se compreendermos primeiro a nós mesmos e, depois, à natureza do material com que

---

<sup>9</sup>MACHIAVELLI. **Il Principe**. 10 ed. Milano: Feltrinelli, 2004, p.164. Na expressão “verdade efetiva das coisas” (*verità effettuale delle cose*) a palavra “efetiva” significa “eminentemente útil”. Tal preocupação com a utilidade do conhecimento era, na época, compartilhada por eminentes pensadores que, como homens de negócio que eram, buscavam extrair resultados práticos de suas reflexões. Cf. DE GRAZIA, S. **Maquiavel no inferno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.294.

<sup>10</sup> Cf. SCOREL, 1979, p.67.

<sup>11</sup> SCOREL, 1979, p.67.

trabalhamos”.<sup>12</sup> Em suma, o autor florentino estava comprometido acima de tudo em investigar a realidade da política italiana do seu tempo sem submeter-se a estreitos esquemas ideológicos preconcebidos.<sup>13</sup> Neste sentido, merece ser reproduzido o seu compromisso consistente na separação entre sujeito e objeto da análise:

Esta obra eu não adornei nem preenchi com cadências amplas, palavras empoladas e magníficas ou quaisquer outros artifícios de estilo ou de ornamentos extrínsecos, com os quais muitos têm costume de descrever e embelezar seus textos, porque quis efetivamente ou que nada a preze ou que se faça importante apenas pela variedade da matéria e pela gravidade do assunto. Não desejo que seja considerado como presunção o fato de um homem de baixa e ínfima condição ouse discorrer e orientar o governo dos príncipes, sugerindo-lhes regras porque, da mesma maneira que os cartógrafos se colocam na planície para considerar a natureza das montanhas e dos terrenos elevados, e para considerar o que está em baixo se colocam no alto das montanhas, igualmente é necessário ser príncipe para bem conhecer a natureza dos povos e ser povo para conhecer a do príncipe.<sup>14</sup>

Maquiavel professou sua fé no poder de sedução das palavras simples, na comunicação direta e despida de artifícios, contudo, ao mesmo tempo, declarou que agiria da mesma maneira que o cartógrafo ao estudar a paisagem, expressando, desse modo, a intenção de manter distância do seu objeto de análise para examiná-lo com isenção. Mas, seja como for, o pensador florentino

---

<sup>12</sup> BERLIN, 2002, p.308-309.

<sup>13</sup> Cf. SADEK, M. T. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual sem virtù. In F. C. Weffort (org.). **Os clássicos da política**. São Paulo: Ática, 1989, v.1, p.11-24, p.17-18; GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel**. Porto Alegre: L&PM, 1980, p.10; GOYARD-FABRE, 1999, p.61; MOUNIN, G. **Maquiavel**. Lisboa: Edições 70, 1982, p.36.

<sup>14</sup> MACHIAVELLI, 2004, p.72-73.

não escreveu uma obra laudatória ou um mero manual destinado a orientar os governantes acerca do comportamento político que um governante deve adotar para conservar o poder, mas sim uma reflexão em torno de valores políticos destinada a pautar as ações políticas dos governantes, o que é completamente diferente.

Evidentemente, o esforço empreendido para abordar com imparcialidade seu objeto de análise não logrou êxito. Teria sido muito difícil para Maquiavel evitar a influência de seu meio cultural, de suas preocupações específicas com a situação da Itália e das ideologias que influenciaram sua formação.

Maquiavel era um típico intelectual renascentista e, como tal, suas reflexões apresentam inúmeros pontos de contato com o pensamento de outros intelectuais do mesmo período. Na Itália, todos eles pertenciam à camada socioeconomicamente superior da população. Sendo assim, a missão básica que desempenhavam, como não poderia deixar de ser, consistia em proporcionar suporte ideológico aos governos que, por sua vez, conferiam suporte ao capitalismo nascente. Maquiavel era, assim como os demais intelectuais do seu tempo, um produto da força do capital aliado ao prestígio que lhes era conferido pela inteligência.<sup>15</sup> Pensador renascentista, o florentino tendeu a expressar valores burgueses e, ao mesmo tempo, a desprezar as tradições feudais.

De modo geral, no período renascentista o indivíduo tomou consciência de sua humanidade e tentou superar, na medida do possível, seu passado. O homem renascentista, consciente de sua individualidade, deu partida na caminhada rumo à modernidade. Inseridas nesse contexto, as ideias políticas de Maquiavel não poderiam deixar de exprimir, pelo menos parcialmente, as necessidades do capitalismo comercial italiano numa fase muito precisa de seu desenvolvimento.

Afirma-se que a obra política de Maquiavel perseguia uma dupla finalidade: preparar a ascensão da burguesia e contribuir para

---

<sup>15</sup> Cf. MARTIN, A. **Sociología del Renacimiento**. México: Fondo de Cultura Económica, 2005, p.68-69.

a unificação italiana, sendo que este último fim estaria subordinado ao primeiro, na medida em que a reunião das cidades italianas seria um elemento decisivo para assegurar a hegemonia política da camada social dominante.<sup>16</sup> No entanto, é preciso recordar que, ao contrário do que ocorria em outros países, na Itália a burguesia era, no período, uma classe social suficientemente segura de si, considerando-se que seu domínio tinha sido conquistado paulatinamente através dos tempos a partir de impulso inicial ocorrido nada mais nada menos que dois séculos antes do nascimento de Maquiavel. Na verdade, o capitalismo comercial italiano foi anterior ao dos demais países europeus. Este dado permite perceber o equívoco de se considerar mecanicamente o pensamento político do autor florentino como uma espécie de expressão automática dos interesses de classe. Ele não incorporou pura e simplesmente ao seu ideário político o interesse da alta burguesia florentina como evidenciam suas preferências sobre a melhor forma de governo. Na realidade, no plano da “luta de classes”, o florentino demonstrou nítida simpatia pela pequena burguesia e não pelos poderosos, como se evidenciará mais adiante.

É verdade que a postura “metodológica” adotada por Maquiavel em seus escritos não conseguiu, evidentemente, ocultar seu idealismo, entretanto, parece ter contribuído para neutralizar, em certa medida, determinados preconceitos morais vigentes no plano das ideias políticas de seu tempo. Ao esforçar-se para assumir uma postura “naturalista”, Maquiavel tentou captar a natureza da política em movimento, afastando-se da especulação metafísica, ainda que, ao final e ao cabo, tenha terminado por formular uma proposta acentuadamente idealizada em torno de um Estado que não existia e nunca existiu. A Itália unificada se tornará uma realidade somente vários séculos depois de sua morte.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Cf. BLOCH, 2007, p.175-176.

<sup>17</sup> Cf. RICCIARDI, M. A República antes do Estado: Nicolau Maquiavel no limiar do discurso político moderno. In G. Duso (org.). **O poder: história da filosofia política moderna**. Petrópolis: Vozes, 2005, p.37-51, p.38.

### 3. A CONCEPÇÃO MAQUIAVÉLICA DA HISTÓRIA: A TEORIA CÍCLICA E A TEORIA PSICOLÓGICA DA HISTÓRIA.

Maquiavel doutrinou sobre a política empiricamente com auxílio do método indutivo e apoiando-se em exemplos históricos.<sup>18</sup> Em termos metodológicos, afirma-se que o florentino estabeleceu “uma ligação entre história e política que as torna interdependentes”, podendo-se afirmar que “os escritos políticos são construídos por meio da reflexão sobre a história”.<sup>19</sup> Maquiavel recorreu à história por considerá-la a “fonte mais segura para se conhecer a política”.<sup>20</sup>

Maquiavel não estava sozinho no seu interesse pela história. Neste aspecto, assim como em muitos outros, o pensador florentino procedeu exatamente como os humanistas do seu tempo, os quais recorreram ao exame do distante passado romano com o objetivo de conferir significado ao conceito republicano de liberdade.<sup>21</sup> Da mesma maneira que o autor florentino, os humanistas italianos preferiam a Roma republicana à imperial.<sup>22</sup>

---

<sup>18</sup> Cf. DEL VECCHIO, G. **Lições de filosofia do direito**. 5.ed. Coimbra: Arménio Amado, 1979, p.77; ZARKA, Y. C. La verité effective de la politique et les qualités du Prince. In Y. C. Zarka, T. Ménissier (orgs.) **Machiavel: le Prince ou la nouvel art de la politique**. Paris: Presses Universitaires de France, 2001, p.105-131, p.119.

<sup>19</sup> ARANOVITCH, P. F. **História e política em Maquiavel**. São Paulo: Discurso Editorial, 2007, p.23.

<sup>20</sup> BIGNOTTO, 1991, p.81.

<sup>21</sup> No século XV, surge na Itália uma história crítica, documental e positiva pelas mãos dos seguintes autores: BRUNI (História do povo florentino – 1444), BIONDO (Décadas sobre a decadência do Império romano – 1493 e 1453). No século XVI, MAQUIAVEL publicou a História de Florença (1525), assim como GUICCIARDINI escreveu a História da Itália, editada postumamente em 1561. Cf. CARBONELL C. **La historiografía**. 2. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p.75.

<sup>22</sup> Cf. SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p.103.



Igualmente patriotas, exaltavam a grandeza da República romana, deploravam a decadência política italiana e estimulavam seus habitantes a retomarem a antiga glória perdida.<sup>23</sup> Neste sentido, uma vez mais, Maquiavel foi um pensador d seu tempo.

Maquiavel era um adepto da denominada “teoria cíclica da história”. Ele acreditava que tudo aquilo que existe, inclusive o Estado, estaria inexoravelmente sujeito à decadência. Os Estados inevitavelmente degenerariam, podendo ou não se reerguerem posteriormente a depender de determinados fatores.<sup>24</sup> Segundo ele, o Estado, da mesma maneira que todo e qualquer organismo físico ou natural, experimenta um inevitável declínio após atingir seu apogeu. A decadência, por sua vez, não pode ser evitada indefinidamente, mas tão somente adiada, na medida em que a ação do tempo sobre os organismos políticos é inexorável. Em resumo, Maquiavel “considera todas as coisas do mundo como processos orgânicos, comparáveis ao corpo humano, e que possuem um princípio de vida, um desenvolvimento e um fim, com suas enfermidades e crises”.<sup>25</sup>

O pensador florentino também acreditava que, independentemente da forma de governo adotada, nenhum Estado consegue evitar a decadência. Mas ele também acreditava que o Estado poderia adiá-la ao máximo caso experimentasse periodicamente a renovação política.

De acordo com a concepção maquiavélica da história, o curso do passado humano transcorreria de maneira uniforme, embora não linear. Os caminhos percorridos pela história obedeceriam a determinado padrão não modificável pela ação humana. Consequentemente, no tocante ao Estado, também haveria um

---

<sup>23</sup> Cf. SKINNER, 1999, p.115.

<sup>24</sup> Cf. MOUNIN, 1984, p.22-24; SADEK, 1989, p.20; BIGNOTTO, 1991, p.137.

<sup>25</sup> ESCOREL, 1979, p.82.

“ciclo que se repete com a regularidade das leis da natureza”.<sup>26</sup> Pensando desta maneira, Maquiavel abraçou uma concepção naturalista radical da sociedade. Esta, assim como todos os seres vivos, nasceria, desenvolver-se-ia, morreria e, por fim, se decomporia. Por mais estranha que possa parecer aos olhos do homem contemporâneo, a concepção maquiavélica da história era uma maneira diferente de se conceber a evolução e decadência da sociedade, tendo em vista que, no período medieval, costumava-se enxergar os Estados como instituições de inspiração divina, permanentes e eternas que visavam ao aperfeiçoamento humano.<sup>27</sup>

Os humanistas renascentistas que antecederam Maquiavel defenderam igualmente o ponto de vista de que a história transcorreria em ciclos, contrapondo-se, desse modo, por exemplo, à tese agostiniana da linearidade. Para Santo Agostinho o percurso histórico corresponderia, nem mais nem menos, a uma progressiva revelação dos desígnios divinos sobre o mundo dos homens. Em oposição a tal entendimento, na esteira do pensamento de Aristóteles e de Cícero, Maquiavel, assim como os humanistas, sustentaram que os eventos seriam cíclicos, ocorrendo em meio a um processo de repetição interminável. Para os humanistas, o apogeu do passado teria se dado no período republicano da história romana. A decadência da civilização ocorrera precisamente quando da substituição da República pelo Império, processo acentuado na Idade Média ou “Idade das Trevas” - expressões criadas no período renascentista com a intenção de transmitir a ideia de decadência da humanidade. O Renascimento, por sua vez, representaria o retorno ao auge da civilização; a restauração de tudo aquilo que, no passado, revelou-se grandioso e belo. Em contrapartida, registre-se que os cristãos consideravam, em sentido diametralmente oposto

---

<sup>26</sup> HORKHEIMER, M. Maquiavel e a concepção psicológica da história. In **Origens da filosofia burguesa na história**. Lisboa: Presença, 1984, p.15-39, p.20.

<sup>27</sup> Cf. CUTINELLI-RENDINA, E. Le fond obscur et animal de l’homme. C. Weil (org.). **Machiavel: le pouvoir de la ruse**. Paris: CNRS Éditions, 2007, p.97-101, p.99.

ao que pensavam Maquiavel e os humanistas, que a República romana, dominada pelo paganismo, fora uma Era de ignorância supersticiosa somente superada com o advento do cristianismo.<sup>28</sup>

Maquiavel também acreditava na imutabilidade da natureza humana. Segundo ele, não haveria diferença substancial entre o romano da antiguidade e o homem renascentista. Em consequência, as lições extraídas do passado romano serviriam perfeitamente para indicar os caminhos a serem percorridos para o enfrentamento dos problemas do presente. Portanto, a história estaria a serviço do homem, mesmo que, como o próprio Maquiavel admitia, “das coisas antigas não se conhece toda a verdade”, uma vez que, como ele reconhecia, seus narradores se esforçam para esconder os acontecimentos que causam vergonha e exageram naquilo que precisa ser glorificado.<sup>29</sup>

No tocante à natureza dos seres humanos, Maquiavel não acreditava que, pelo fato dela ser sempre idêntica, seus desejos e necessidades também seriam sempre os mesmos. No sentir do pensador florentino, a psicologia uniforme do ser humano, por sua vez, se encontraria na raiz de todos os eventos históricos. Portanto, por esta razão, os acontecimentos políticos se produzirão, no futuro, da mesma maneira que ocorreram no passado. O passado precisaria ser examinado atentamente, pois dele se conseguiria extrair lições para o futuro. Observando-se como os homens agiram em determinada época podemos saber como agirão hoje e amanhã, pois sua natureza não muda.<sup>30</sup> Em seu entendimento, seria indispensável examinar cuidadosamente como os governantes do passado conquistaram o poder e asseguraram a obediência dos governados para saber como os do presente devem agir com o mesmo objetivo. Em resumo, seu método de investigação, de natureza indutiva, consistia em observar fielmente os fatos

---

<sup>28</sup> Cf. SKINNER, 1999, p.130-131.

<sup>29</sup> MACHIAVELLI. **Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio**. 10 ed. Milano: BUR Classici, 2015, p.289.

<sup>30</sup> Cf. ESCOREL, 1979, p.73.

acontecidos tanto no passado como no presente para produzir conclusões gerais a serviço da política. Nos *Discursos*, por exemplo, Maquiavel toma como ponto de partida um episódio narrado por Tito Lívio, o compara a outros acontecidos recentemente e oferece uma conclusão geral ao leitor.<sup>31</sup> Aliás, o próprio Maquiavel explica ter produzido suas análises com base nos livros de Tito Lívio para tornar mais fácil o entendimento das coisas antigas e modernas com a finalidade de “extrair a utilidade que se deve buscar no conhecimento da história”.<sup>32</sup>

As referências ao passado romano republicano são uma constante metodológica em Maquiavel. Em sua visão, a Roma republicana seria o modelo a ser seguido pela Itália em determinado momento do futuro. Elogiosamente, Maquiavel assinala: “Se jamais existiu uma República que tivesse conquistado o que Roma conquistou, é porque jamais existiu uma República que tenha sido ordenada de maneira tal que pudesse conquistar como Roma”.<sup>33</sup> Contudo, nem por isso a admiração do florentino pela República romana era uma atitude excepcional, considerando-se que “o estudo da história antiga, particularmente a de Roma, era bastante difundido na época de Maquiavel, fazendo parte do culto do mundo antigo que caracterizava a cultura italiana desde a época de Petrarca”.<sup>34</sup>

Em suma, o autor florentino acreditava que, corretamente examinados, erros e acertos cometidos no passado poderiam transformar-se em um guia de ação para lidar com os problemas do presente. O exemplo histórico é a principal ferramenta de análise e de ação tanto para aquele que disserta sobre a política como para aquele que age politicamente. Maquiavel aconselha o homem político acerca da necessidade de “ler as histórias e nelas considerar as ações dos homens excelentes, ver como governam as pessoas, examinar as razões das suas vitórias e derrotas para poder fugir

---

<sup>31</sup> Cf. HORKHEIMER, 1984, p.19.

<sup>32</sup> MACHIAVELLI, 2015, p.60.

<sup>33</sup> MACHIAVELLI, 2015, p.293.

<sup>34</sup> HALE, 1963, p.23.

destas e imitar aquelas”.<sup>35</sup> Portanto, para Maquiavel, “o estudo do passado não é um exercício de mera erudição, nem a história um suceder de eventos em conformidade com os desígnios divinos até que chegue o dia do Juízo Final, mas sim um desfile de fatos dos quais se devem extrair as causas e os meios utilizados para enfrentar o caos resultante da expressão da natureza humana”.<sup>36</sup>

Maquiavel, como dito anteriormente, sustentava o ponto de vista de que todos os problemas e desafios vivenciados pelos povos e pelos governantes no passado repetem-se no presente e repetir-se-ão no futuro. Para ele, o acontecimento não seria um fato singular, mas passível de constante reprodução. Consequentemente, caso um Príncipe italiano do presente estivesse suficientemente preparado e decidido a lidar com os desafios políticos idênticos aos enfrentados pelos governantes romanos do passado, um Estado italiano unificado poderia ser criado e, no processo, tornar-se tão poderoso como outrora a República romana. Entende-se, assim, a razão de ser do apelo formulado pelo pensador florentino para que o Príncipe novo, assim como aqueles Príncipes que fundaram Roma, faça uso de “meios extraordinários” quando indispensáveis à fundação ou refundação do Estado.<sup>37</sup> Tratava-se de uma condição necessária ao seu sucesso no enfrentamento dos desafios políticos de sua época.

Maquiavel acreditava que a história seguia um curso predeterminado. Por mais que os homens pudessem atuar numa ou noutra direção o resultado final de suas ações seria o mesmo numa perspectiva de longo prazo, uma vez que tudo o que existe na natureza tenderia a se degradar. Ele supunha, de maneira um tanto determinista, que o ser humano não poderia alterar o destino, muito embora pudesse influenciar, em certa medida, o rumo dos acontecimentos. Consequentemente, qualquer aconselhamento ao governante no sentido de evitar a corrupção da sociedade seria, em

---

<sup>35</sup> MACHIAVELLI, 2004, p.162-163.

<sup>36</sup> SADEK, 1989, p.19.

<sup>37</sup> Cf. BERLIN, 2002, p.313.

última análise, inútil. No entanto, de maneira apenas aparentemente contraditória, seus escritos são eminentemente prescritivos. Mas a aparente ambivalência de Maquiavel somente incomoda quando não temos compreensão do ensinamento que ele oferece aos governantes com base na própria teoria cíclica da história.

Se o curso dos acontecimentos é imodificável e, ao mesmo tempo, o mundo pode ser transformado pela iniciativa humana, é porque a história sempre aponta para um eterno retorno. Se, por um lado, a corrupção de todo Estado pela ação do tempo é inevitável, ela, por outro, pode ser adiada ao máximo, sem contar que ele próprio pode ser refundado, resgatado de suas ruínas, regenerando-se, num ciclo infinito, pela iniciativa de alguém que tenha suficiente capacidade para fazê-lo renascer. É por isso que Maquiavel acredita que a Itália, embora corrompida, possa vir a ser salva por um Príncipe com capacidade para reerguê-la.<sup>38</sup> Em suma, a corrupção de uma sociedade é inevitável, mas pode ser adiada ao máximo. Quando, enfim, ela chegar, um Príncipe novo, ou seja, um indivíduo dotado de qualidades verdadeiramente excepcionais, pode liderar o processo de regeneração de uma comunidade.

Maquiavel é um típico pensador renascentista situado em um período de transição. Ele esforçou-se para manter-se distante do pensamento político medieval, acentuadamente utópico e idealista, para conseguir produzir uma reflexão que considerava mais adequada diante dos desafios de seu tempo. Maquiavel não pretendia, por exemplo, dizer aos seus leitores qual é a forma de governo ideal nem qual a conduta ideal dos governantes, mas posicionar-se acerca da melhor forma de governo dentre aquelas que existem de fato e qual o tipo de comportamento que o Príncipe novo deveria adotar considerando-se a realidade política da Itália. Registre-se, porém, que ao proceder desta maneira, o pensador florentino não estava sozinho, mas integrado ao movimento intelectual contemporâneo, inclusive no tocante à reflexão, amplamente compartilhada, acerca das bases do exercício do poder

---

<sup>38</sup> Cf. ALTHUSSER, 2004, p.70-71.

político.

Os humanistas italianos viveram em um mundo sob muitos aspectos novo exatamente “numa hora em que entravam em decadência as instituições representativas medievais e se fortalecia a concepção do soberano como fonte de todo poder político”. Isto exigia um significativo empenho na esfera do pensamento “no sentido de fixar as responsabilidades e direitos dos governantes e delimitar o domínio autônomo e secularizado da atividade política”.<sup>39</sup> Havia, porém, diferenças não negligenciáveis entre o pensamento político de Maquiavel e o de seus contemporâneos, a exemplo de seu comprometimento com a realidade da política e sua preocupação em estabelecer as diretrizes para a conservação do poder política por parte do soberano, como será examinado adiante. Por outro lado, considerando-se que Maquiavel era um pensador de um período de transição, mostra-se evidente seu apego a determinados aspectos do pensamento político medieval. Ele, por exemplo, concebia a missão do Príncipe e certas características relativas ao exercício do poder político em termos medievais. Na realidade, como seria esperado, o autor florentino ainda não conseguia perceber plenamente a emergência da configuração específica do Estado moderno, como demonstra o fato dele preferir a forma de governo republicana à monárquica. Comparando-se suas ideias às dos autores do absolutismo monárquico, não há dúvida de que elas representam, em determinado sentido, “um ponto de passagem da concepção medieval das tarefas do príncipe e do poder monárquico à concepção moderna” bem como “uma alternativa e uma intervenção na compreensão prática do regime republicano”.<sup>40</sup>

---

<sup>39</sup> ESCOREL, 1979, p.67.

<sup>40</sup> RICCIARDI, 2005, p.38.

#### 4. NOTA FINAL

Um dos problemas metodológicos que acometem uma investigação teórica sobre o pensamento do pensador florentino decorre da impossibilidade de se dar conta de toda a literatura existente a respeito de seu pensamento político. Em razão desta dificuldade insuperável, as obras utilizadas nesta reflexão, necessariamente limitadas em número, são exclusivamente as que servem para iluminar os principais aspectos relacionados à conexão existente entre suas ideias sobre o poder punitivo e a política de maneira a permitir uma avaliação mais precisas a este respeito.

Todo pensador político merece ser compreendido a partir do contexto histórico no qual inserem-se tanto sua vida como sua obra. Talvez com maior razão esta exigência aplique-se a Maquiavel. Neste sentido, reconhece-se, com acerto, “que não se pode, sob risco de grave deformação, dissociar as ideias de Maquiavel das condições em que se achavam, no século XVI, os Estados italianos, e dos costumes que neles prevaleciam”, pois foi inspirado na antiga Roma, mas ao mesmo tempo ancorado na observação da realidade sociopolítica do seu tempo que ele legou uma obra à posteridade que é considerada como sendo o momento fundacional da ciência política.

#### BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, L. **Maquiavelo y nosotros**. Trad. B. Baltza Álvarez. Madrid: Akal, 2002.

ANDERSON, P. **Linhagens do Estado absolutista**. Trad. J. R. Martins. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ARANOVITCH, P. F. **História e política em Maquiavel**. São Paulo: Discurso Editorial, 2007.



ARENDDT, H. Notas sobre a política e o Estado em Maquiavel.  
**Revista Lua Nova**, São Paulo, n.55-56, p.298-302, 2002.

BACCELLI, L. La tradizione repubblicana e lo Stato di diritto. In P. Costa e D. Zolo (orgs.). **Lo Stato di diritto**: storia, teoria, critica. Milano: Feltrinelli, 2002, p.424-459.

BERLIN, I. A originalidade de Maquiavel. In \_\_\_\_\_. **Estudos sobre a humanidade**. Trad. R. Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.299-348.

BERNS, T. Une leçon de pragmatisme. In Weil, C. (org.). **Machiavel** : le pouvoir et la ruse. Paris: CNRS Éditions, 2007, p.23-28.

BIGNOTTO, N. **Maquiavel republicano**. São Paulo: Loyola, 1991.

BIGNOTTO, N. As fronteiras da ética: Maquiavel. In A. Novaes (org.). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.113-125.

BLOCH, E. **La philosophie de la renaissance**. Trad. P. Kamnitzer. Paris: Payot et Rivages, 2007.

BOBBIO, N. **Giusnaturalismo e positivismo giuridico**. 3.ed. Milano: Edizioni di Comunità, 1977.

BOBBIO, N. **A teoria das formas de governo**. 7.ed. Trad. S. Bath. Brasília: UnB, 1994.

BORRELLI, G. *Praticare i conflitti: il primato del “vivere politico” e il posto della legge in Machiavelli*. In G. M. Labriola; F. Romeo (orgs.). **Nicolò Machiavelli e la tradizione giuridica europea**. Napoli: Editora Scientificha, 2016, p.97-116.

BOTTINI, G. *I tramiti e lo sfondo: breve rassegna degli studi dedicati ala questione del diritto in Machiavelli*. In. G. M. Labriola; F. Romeo (orgs.). **Nicolò Machiavelli e la tradizione giuridica europea**. Napoli: Editora Scientificha, 2016, p.151-172.

BRION, M. **Maquiavelo**. Trad. J. Viaplana. Barcelona: Ediciones B, 2005.

BRUNO, A. **Direito penal**. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1967,  
BURCKHARDT, J. **A cultura do renascimento na Itália**. Trad. S. Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BURKE, P. *As cidades-estado*. In John Hall (org.). **Os Estados na história**. Trad. P. Vaz e outros. Rio de Janeiro: Imago, 1992, p.205-228.

CARBONELL, C. **La historiografia**. 2.ed. Trad. A. Garzón del Camino. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

CASSIRER, E. **O mito do Estado**. Trad. A. Cabral. São Paulo: Codex, 2003.

CHEVALLIER, J. J. **História do pensamento político**. Trad. R. C. de Lacerda. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, t.1.

CHISHOLM, R. *A ética feroz de Maquiavel*. In C. G. Quirino, C. Vouga, G. M. Brandão (orgs.). **Clássicos do pensamento político**. São Paulo: Edusp, 1998, p.51-75.

CONSTANTINIDÈS, Y. La vertu du plébéien anonyme. In C. Weil (org.). **Machiavel: le pouvoir de la ruse**. Paris : CNRS Éditions, 2007, p.57-63.

CROSSMAN, R. H. S. **Biografia do Estado moderno**. Trad. E. A. Vieira. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

CUTINELLI-RENDINA, E. Le fond obscur et animal de l'homme. C. Weil (org.). **Machiavel: le pouvoir de la ruse**. Paris : CNRS Éditions, 2007, p.97-101.

DE GRAZIA, S. **Maquiavel no inferno**. Trad. D. Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DEL VECCHIO, G. **Lições de filosofia do direito**. 5.ed. Trad. A. J. Brandão. Coimbra: Arménio Amado, 1979.

DESCENDRE, R. Possedere quel regno giuridicamente: Machiavelli, il diritto e il potere “civile”. In G. M. Labriola; F. Romeo (orgs.). **Nicolò Machiavelli e la tradizione giuridica europea**. Napoli: Editora Scientifica, 2016, p.35-47.

DREI, H. **La vertu politique: Maquiavel et Montesquieu**. Paris: L'Harmattan, 1999.

ESCOREL, L. **Introdução ao pensamento político de Maquiavel**. Brasília: UnB, 1979.

FERNÁNDEZ, E. El iusnaturalismo. In E. Garzón Valdés e F. J. Laporta (orgs.). **El derecho y la justicia**. 2.ed. Madrid: Trotta, 2000, p.55-64.

FERNÁNDEZ-ARMESTO, F. Que é história hoje? In D. Cannadine (org.). **Que é história hoje?** Trad. Rui Pires Cabral. Lisboa: Gradiva, 2006, p.191-206.

FERRAJOLI, L. **Diritto e ragione**: teoria del garantismo penale. 7.ed. Roma: Laterza, 2002.

FOISNEAU, L. De Maquiavel a Hobbes: eficácia e soberania no pensamento político moderno. In A. Renaut (org.). **História da filosofia política**: nascimentos da modernidade. Lisboa: Instituto Piaget, 1999, p.169-232.

FREDERICO DA PRÚSSIA. **O anti-Maquiavel**. 2.ed. Trad. C. E. Soveral. Lisboa: Guimarães Editores, 2000.

GARIN, E. O homem renascentista. In E. Garin (org.). **O homem renascentista**. Lisboa: Presença, 1991, p.9-16.

GOYARD-FABRE, S. **Os princípios filosóficos do direito político moderno**. Trad. I. A. Paternot. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: notas sobre o Estado e a política. Trad. L. S. Henriques e outros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v.3.

GROSSI, P. **Mitología jurídica de la modernidad**. Trad. M. Martínez Neira. Madrid: Trotta, 2003.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel**. Trad. D. Canali. Porto Alegre: L & PM, 1980.

HALE, J. R. **Maquiavel e a Itália da renascença**. Trad. W. Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

HASSEMER, W. **Persona, mundo y responsabilidad**: bases para una teoría de la imputación en derecho penal. Bogotá: Temis, 1999.

HODGETT, G. A. J. **História social e econômica da Idade Média**. Trad. M. R. da C. Souza e de T. P. de C. Souza. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

HORKHEIMER, M. Maquiavel e a concepção psicológica da história. **Origens da filosofia burguesa na história**. Lisboa: Presença, 1984, p.15-39.

KANT. **Metafísica dos costumes**. Parte 1: princípios metafísicos da doutrina do direito. Lisboa: Edições 70, 2004.

KAUFMANN, A. **Filosofia do direito**. Trad. A. U. Cortês. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2004.

LAW, J. O Príncipe do renascimento. In E. Garin (org.). **O homem renascentista**. Lisboa: Presença, 1991, p.17-36.

LAZZERI, C. De la manière de finir le mépris et la haine. In Y. C. Zarka e T. Ménessier (orgs.). **Machiavel**: le Prince ou le nouvel art politique. Paris: Presses Universitaires de France, 2001, p.133-168.

LEFORT, C. **Le travail de l'oeuvre de Machiavel**. [Paris]: Gallimard, 1986.

MAQUIAVEL. **O Príncipe e dez cartas**. 3.ed. Trad. Sérgio Bath. Brasília: UnB, 1999.

MACHIAVELLI. **Il principe**. 10. ed. Milano: Feltrinelli, 2004.

MACHIAVELLI. **Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio**. 10. Ed. Milano: BUR Classici, 2015.

MAGGIORE, G. **Derecho penal**. 2.ed. Bogotá: Temis, 2000, v.1.

MALLETT, M. The theory and practice of warfare in Machiavelli's republic. In G. Bock, Q. Skinner e M. Viroli (orgs). **Machiavelli and the republican experience**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p.173-180.

MALLETT, M. O Condottiero. In E. Garin (org.). Lisboa: Presença, 1991, p.37-57.

MARTIN, A. v. **Sociología del renacimiento**. Trad. M. Pedroso. México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

MÉNISSIER, T. Le bom usage des tumultes. In C.Weil (org.). **Machiavel: le pouvoir de la ruse**. Paris: CNRS Éditions, 2007, p.37-43.

MERLEAU-PONTY, M. Notas sobre Maquiavel. **Revista Lua Nova**. São Paulo: n.55-56, p.303-307.

MOSCA, G.; BOUTHOU, G. **História das doutrinas políticas desde a antiguidade**. 7.ed. Trad. M. A. de Moura Matos. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

MOUNIN, G. **Maquiavel**. Trad. J. J. C. Rosa. Lisboa: Edições 70, 1984.

PIRENNE, H. **História econômica e social da Idade Média**. 6.ed. Trad. L. G. da Mota. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

RADBRUCH, G. **Filosofia do direito**. Trad. L. C. de Moncada. 6.ed. Coimbra: Armenio Amado, 1979.

RICCIARDI, M. A República antes do Estado: Nicolau Maquiavel no limiar do discurso político moderno. In G. Duso (org.). **O poder**: história da filosofia política moderna. Petrópolis: Vozes, 2005, p.37-51.

RIDOLFI, R. **Biografia de Nicolau Maquiavel**. Trad. N. Canabarro. São Paulo: Musa, 2003.

ROUSSEAU. **Du contrat social**. Paris: Librairie Générale Française, 1996.

ROXIN, C. **Derecho penal**. Trad. D-M. Luzón Peña e outros. Madrid: Civitas, 1997, t.1.

RUBINSTEIN, N. Machiavelli and the republican experience. In G. Bock, Q. Skinner e M. Viroli (orgs.). **Machiavelli and the republican experience**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p.3-16.

SADEK, M. T. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual sem virtù. In F. C. Weffort (org.). **Os clássicos da política**. São Paulo: Ática, 1989, p.11-24, v.1.

SENELLART, M. **As artes de governar**: do *regimen* medieval ao conceito de governo. Trad. P. Neves. São Paulo: Editora 34, 2006.

SENELLART, M. L'art de la prudence. In C. Weil (org).  
**Machiavel: le pouvoir de la ruse.** Paris : CNRS Éditions, 2007,  
p.45-51.

SKINNER, Q. **Maquiavel.** Trad. M. L. Montes. São Paulo:  
Brasiliense, 1988.

SKINNER, Q. Machiavelli's *Discorsi* and the pre-humanist origins  
of republican ideas. In G. Bock, Q. Skinner, M. Viroli (orgs.).  
**Machiavelli and the republican experience.** Cambridge:  
Cambridge University Press, 1990, p.121-141.

SKINNER, Q. The republican ideal of political liberty. In G. Bock,  
Q. Skinner, M. Viroli (orgs.). **Machiavelli and the republican  
experience.** Cambridge: Cambridge University Press, 1990, p.293-  
309.

SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno.**  
Trad. R. J. Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

STRAUSS, L. Nicolás Maquiavelo. In L. Strauss, J. Cropsey (orgs.).  
**Historia de la filosofía política.** Trad. L. G. Urriza e outros.  
México: Fondo de Cultura Económica, 2004, p.286-304.

VIROLI, M. Machiavelli and the republican idea of politics. In G.  
Bock, Q. Skinner, M. Viroli (orgs.) **Machiavelli and the  
republican experience.** Cambridge: Cambridge University Press,  
1990, p.143-171.

VIROLI, M. **O sorriso de Nicolau:** história de Maquiavel. Trad.  
V. P. da Silva. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.



ZARKA, Y. C. Le nouvel art de la politique. In Y. C. Zarka, T. Ménissier (orgs.). **Machiavel: le Prince ou la nouvel art de la politique**. Paris: Presses Universitaires de France, 2001, p.7-12.

ZARKA, Y. C. La verité effective de la politique et les qualités du Prince. In Y. C. Zarka, T. Ménissier (orgs.). **Machiavel: le Prince ou la nouvel art de la politique**. Paris: Presses Universitaires de France, 2001, p.105-131.